

Reunião de Avaliação da Estratégia Biênio 2021-2023

Desembargadora Celia Regina de Lima Pinheiro Presidente do TJPA

ATA – Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE)

A 6ª Reunião de Avaliação da Estratégia do biênio 2021-2023 ocorreu em 09 de janeiro de 2023 de forma presencial na sala de reuniões da Presidência e contou com a participação de integrantes do Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica.

A reunião foi presididia pela Desembargadora Presidente Deste Egrégio Tribunal, Célia Regina de Lima Pinheiro. Eu, Luciana Sá Fernandes, Coordenadora de Gestão Estratégica e Organizadora da reunião atesto a presença de todos (as) relacionados (as) abaixo:

Compareceu à reunião:

Part	ticipantes			
Macrodesafio	Nome			
	Juiz Homero Lamarão Neto			
1. GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	 Juíza Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim Antônio Carlos Sampaio Martins de Barros, Analista Judiciário Juiz Vanderlei De oliveira Silva Juiza Reijane Ferreira 			
	• Wil Montenegro Teixeira,			
	Coordenador de Imprensa			
2. FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO	Adil Bahia da Silva da Silva			
INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE	Rezende, Diretor de Comunicação			
SOCIEDADE	Desa Rosi Maria Gomes de Farias			
	Juiz João Valerio Moura			
	Juiz André Monteiro Gomes			
	Juiz Carlos Márcio de Melo Queiroz			
3. AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA	Juiz Marcus Alan de Melo Gomes			
	Jonas Liborio			
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	Juiza Kédima Pacífico Lyra			

4. ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO,	Luíza Mânica Masial Capras			
À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS	Juíza Mônica Maciel Soares Fanance			
ILÍCITOS ELEITORAIS.	Fonseca			
5. PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO	Juíza Antonieta Maria Ferrari Mileo			
DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS	Nilce Longhi Ramôa, Assessora			
CONFLITOS	Desa. Dahil Paraense			
	Juiz Cesar Augusto Puty Paiva			
	Camila Amado Soares,			
6. CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE	Coordenadora de Recursos Extraordinários			
PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS	e Especiais			
	Antônio Nicolas Godinho de Souza			
	Cavalcante, Assessor Jurídico			
	Débora Moraes Gomes,			
7. PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	Secretária de Administração			
7.1 Komogno Bri Goot Entiribilibribl	• Evelise de Oliveira Rodrigues,			
	Assessora			
	Juíza Reijjane Ferreira de Oliveira			
	Juíza Blenda Nery Rigon Cardoso			
	Juíza Patrícia de Oliveira Sá Moreira			
8. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA	Juiza Betania Pessoa			
JUSTIÇA CRIMINAL	Fábio Djan Oliveira de Lima, Diretor			
	DPGE			
	Juiz Libio Araujo Moura			
	Juiz Jose Godinho			
9. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO	Fábio Djan Oliveira de Lima, Diretor			
ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA	DPGE			
JUDICIÁRIA	Silene Bessa Menezes, Secretária			
	de Engenharia			
	Juiz Thiago Guimaraes			
~	Maria de Lourdes Carneiro Lobato,			
10. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE	Secretária de Gestão de Pessoas			
PESSOAS	Manoel de Christo Alves Neto,			
	Coordenador de Saúde			

- 11. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO

 ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

 12. FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE

 Miguel Lucivaldo Alves dos Santos, Secretario de Planejamento

 Diego Baptista Leitão, Secretario de Informática
- DADOS

 NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE

 Arlene Siqueira
 - Paulo Roberto Martins Cunha

EQUIPE TÉCNICA: Fábio Djan Oliveira de Lima, Luciana Sá Fernandes, Alcimar Martins Júnior, Fabianne Cabral Pinto de Almeida, Francisco Alexandre, Gerson Medeiros da Silva, Gleisson Augusto, Luciana Souza e Jessica de Bosi.

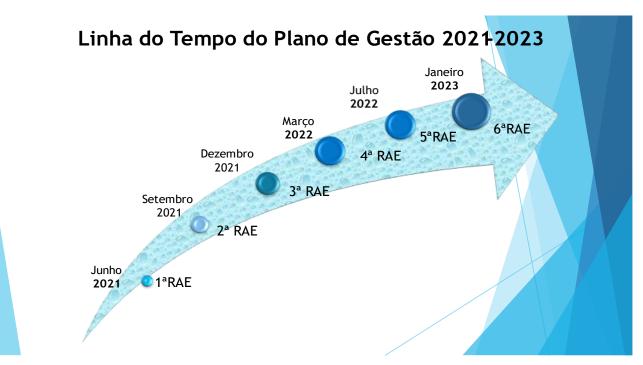
ABERTURA

No dia 16 de dezembro de 2022 foi encaminhado a todos(as) os(as) responsáveis por macrodesafios e ações os Ofícios Circulares Nº 237 e 238/2022 GP, convidando para participar da realização da 6ª RAE do biênio 2021-2023.

PANORAMA DO PLANO DE GESTÃO 2021-2023

A Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, realizou a abertura da 6ª Reunião de Avaliação da Estratégia do Biênio 2021-2023, e na oportunidade agradeceu mais uma vez a sua equipe e enfatizou que seu mandato está chegando ao fim e que finaliza os trabalhos com satisfação por todos os projetos idealizados e concluídos, com destaque para a conclusão da digitalização do acervo processual de Todo Tribunal de Justiça do Estado do Pará e da aquisição do novo Datacenter. Em seguida o Diretor do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, Fábio Djan, apresentou a dinâmica da reunião,e ainda apresentou a pesquisa de satisfação do usuário, apurada dentre os juridiscionados, atingindo um resultado satisafatório de 50,07% de satisfação do usuário, considerando a meta planejada de 50%. Entre as dificuldades apontadas na pesquisa destacou-se a intabilidade do sistema e a comunicação com os servidores e magistrados. o Coordenador de Estatística Gerson Silva, apresentou os indicadores do Planejamento Estratégico 2021/2026 e demonstrou os resultados alcançados com a conclusão do Plano de Gestão do biênio. A Coordenadora de

Gestão Estratégica, Luciana Sá, apresentou a nova portaria do colegiado de planejamento que passa a ser a portaria na 5018/2022 e demonstrou as alterações realizadas no plano de ação desde a última RAE realizada em julho 2022, retratou o panaroma geral do Plano de gestão que finaliza com 94 ações planejadas, devido a um reajuste em que foi acresecentado 24 novas ações com todas concluídas. Por fim, ressaltou o excelente cumprimento das ações planejadas dentro do Plano de Gestão da Desembargadora Célia e demonstrou satisfação com esforço e o empenho de todos os envolvidos nos trabalhos.



Fonte: Elaboração própria

Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE)

- Funciona como instrumento do Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica (Portaria nº5018/2022);
- ❖ Apresentar panorama dos indicadores do Planejamento Estratégico;
- Apresentar panorama do Cumprimento das Metas Nacionais 2022;
- Apresentar o Resultado da Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário 2022;
- Apresentar panorama da execução do Plano de Gestão 2021-2023 e resultados.

- Missão: Realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional e do incentivo à pacificação social, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.
- Visão de Futuro: Ser reconhecido como instituição acessível, confiável, célere e efetiva.

Valores:

- ➤ Eficiência
- Agilidade
- Acessibilidade
- Credibilidade
- Ética
- ➤ Transparência
- Inovação
- Sustentabilidade

Fonte:SIMPLAN



Fonte:SIMPLAN

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO 2021-2023 (100%)

Execução por Macrodesafio:

Garantia dos Direitos Fundamentais (100%)

Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade (100%)

Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional (100%)

Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais (100%)

Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos (100%)

Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios (100%)

Promoção da Sustentabilidade (100%)

Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal (100%)

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária (100%)

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas (100%)

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira (100%)

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados (100%)

24 NOVAS AÇÕES

- 1.4.1 Promover ações para fortalecer a participação feminina no PJPA
- 2.2.2 Instituir a Ouvidoria da Mulher
- 2.2.3 Implantar Ponto de Inclusão Digital (PID)
- 3.2.3 Implantar UPJs Cível e Criminal em Santarém
- 3.2.4 Implantar UPJ das Varas de Execução Fiscal
- 5.2.2 Desenvolver e integrar os Sistemas GEMEC e PJE (Resolução 358/2020- CNJ)
- 5.2.3 Integrar o consumidor.gov.br ePJe
- 7.1.5 Implantar o projeto piloto de workflow na SEAD
- 7.1.6 Implantar o sistema automatizado de conta vinculada
- 9.1.6 Implantar Laboratório de Inovação
- 9.1.7 Implementar ações para melhoria da gestão dos precatórios e celeridade na efetivação dos pagamentos
- 9.2.3 Expandir a Segurança Armada para todas as Comarcas do Estado do Pará
- 9.3.2 Expandir a estrutura Judiciária

Fonte:SIMPLAN

24 NOVAS AÇÕES

- 9.3.3 Alterar a metodologia do Índice de Carência de Vara-ICV
- 9.3.4 Oferecer consultoria às unidades judiciárias dos 1º e 2º graus de jurisdição
- 9.3.5 Disponibilizar ferramentas de Business Intelligence- BI para melhor gerenciamento de atividades
- 9.4.1 Reestruturar o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística- DEPGE
- 9.4.2 Reestruturar a unidade de auditoria interna
- 9.4.3 Elaborar o Estatuto de Auditoria Interna do PJPA
- 9.4.4 Elaborar o Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna (PAQMAI)
- 10.5.1 Implementar ações para valorização de magistrados(as), servidores(as), em exercício, no âmbito do PJPA
- 12.1.9 Desenvolver ferramenta de inteligência artificial de indexação de documentos judiciais-INDIA
- 12.1.10 Integrar o TJPA com a Plataforma CODEX
- 12.1.11 Integrar o TJPA com a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ)

Fonte:SIMPLAN

DELIBERAÇÕES

Sobre o Macrodesafio 1- GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, o Juiz de Direito Homero Lamarão registrou que no Macrodesafio o foco maior foi em saúde e inclusão social e que assumiu um desafio com grandes dificuldades mas ao longo do tempo todas foram sendo superadas e conseguiu junto a equipe concluir as etapas propostas e por fim agradeceu a oportunidade de contribuir com a gestão. O servidor Antonio Carlos Barros agradeceu o empenho da gestão para realizar ações voltadas a inclusão social e acessibilidade, pontuou que eram ações que estavam mitigadas por muitos anos no poder judiciário e que agora teve a oportunidade de ver os projetos saindo do papel, por fim demonstrou gratidão por fazer parte de um marco histório dentro do TJPA.

O coordenador do Macrodeafio 2 FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE o servidor Adil Bahia da Silva apresentou as metas alcançadas no desempenho das ações, destacando que a equipe conclui todas as metas planejadas, alcançando o objetivo final de entregar uma comunicação aprimorada para o judiciário paraense. O Juiz Joao Valério Moura apresentou através do TEAMS os pontos de destaque da ação 2.2.3- Implantar ponto de inclusão digital.

A Desembargadora Kedima Pacifico Lyra, coordenadora do Macrodesafio 3-AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, pontuou que inicialmente era só responsável por um ação e que no ano de 2022 foi convidada para assumir a coordenação do Macro e com gratidão destaca que embora o proposito inicial fosse ampliar o processo de digitalização, ao final o processo foi concluído, com o tribunal apresentando 100% do acervo digitalizado. Agradeceu toda equipe que evidou esforços para cumprir todas as ações do Macrodesafio. O juiz Carlos Márcio em sua fala aduziu que assumiu um grande

desafio para conclusão da ação Reorganização das unidades judiciarias, que encontrou grandes dificuldades para concretizar as estapas, tais como problemas estruturais em algumas comarcas e adequação dos servidores com suas atividades, mas ao final demonstrou satisfação em poder contribuir e finalizar as atividades planejadas.

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS, Coordenado pelo Desembargador Jose Roberto Pinheiro Maia, teve sua ausência justificada pela Magistrada Mônica Maciel Soares Fonseca, a qual o representou e apresentou a evolução na execução das Ações referente ao macrodesafio que atingiu o percentual de 100% de execução com 570 julgamentos de Ação de improbidade, no ano de 2022 com 116 unidades alcançando o cumprimento da meta 4. Destacou, o comprometimento da equipe em reduzir o número de processos pendentes e consequentemente para o cumprimento das metas propostas.

A Magistrada Antonieta Maria Ferrari Mileo, coordenadora do Macrodesafio 5-PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS, juntamente com a Desembargadora aposentada Dahil Paraense de Souza apresentaram os destaques da execução do macrodesafio que foi concluído com 100% de grau de execução, destacaram a criação de 3 novos CEJUSC, sendo: 3º CEJUSC da Capital (Região de integração de Guajará), o 1º CEJUSC de Redenção (Região de integração do Araguaia) e o 1º CEJUSC de Tucuruí – (Região de integração do Lago do Tucuruí). Agradeceram os esforços de toda a equipe em aperfeiçoar a solução consensual dos conflitos.

O magistrado Cesar Augusto Puty Paiva Rodrigues, coordenador do Macrodesafio 6-CONSOLIDAÇÃO DOS PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS com a palavra realizou agradecimento a Desembargadora Celia e toda equipe envolvida na execução das ações do macrodesafio e demonstrou seu contentamento em poder contribuir dentro do eixo dos precedentes obrigatórios, que a partir de agora passará a funcionar de forma muito mais eficaz no judiciário paraense. A servidora Camila Amado destacou o avanço que o sistema de precedentes alcançou dentro do Poder Judiiario do Pará, tudo isso após o grande trabalho executrado durante o biênio. O servidor Nicolas destacou a importância da ajuda do Departamento de Planejamento e da Secretaria de informática para o alcance das metas, visto que hoje os precedentes estão diretamente interligados aos painéis e a gestão de dados disponibilizados por estes setores.

Coordenado pela Secretária de Administração deste Egregio Tribunal, Débora Moraes Gomes, o Macrodesafio 7 – PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE, destacou o acréscimo de duas novas ações que foram concluídas com sucesso durante o plano de gestão, e relatou os esforços para conclusão do projeto piloto do workflow que gerencia as tarefas dentro do sistema siga doc e ainda apresentou o desempenho da ação do sistema de contas vinculadas.

O Macrodesafio 8 – APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA CRIMINAL, coordenado pelo magistrado Libio Araujo teve seus resultados retratados nesta 6ª reunião de Avaliação da Estratégia onde foram apresentados pelos responsáveis de ação todas as peculiaridades na execução de cada ação. Foi aventado pela magistrada Betania Pessoa a aquisição da sala da Justiça Restaurativa instalada no fórum cível e o grande fortalecimento da justiça restaurativa ao final do biênio. A magistrada Patricia de Olievira Sá manifestou sua satisfação com o projeto de depuração dos mandados junto ao BNMP e conclui considerando que a gestão finaliza com grande repercussão positiva para a justiça criminal.

O coordenador do Macrodesafio 9- APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA Fábio Djan Oliveira de Lima, em sua apresentação elencou os avanços obtidos no eixo governança com destaque para importantes projetos concluídos a serem usufruídos pelos usuários dentre servidores e magistrados do Poder Judiciário Paraense. Asseverou que o trabalho da equipe se deu em conjunto com os critérios estipulados pelo CNJ para alcance de um melhor resultado no eixo transparência e qualidade dos serviços prestados, visando sempre o destaque do TJPA no âmbito nacional.

A coordenadora do Macrodesafio 10- APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS, Maria de Lourdes Carneiro Lobato, presente na RAE, pontuou os resultados alcançados com 100% de execução do Macrodesafio com destaque para efetivação do plano de gestão por competências além da ação de valorização de magistrados e servidores a qual foi implementada com sucesso, com todos os esforços validados na valorização dos servidores.

O Secretário de Planejamento Miguel Lucivaldo Alves Santos, coordenador do Macrodesafio APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINACEIRA, destacou o a inclusão de novas ações que também foram concluídas a tempo, com satisfação agradeceu o empenho de toda equipe do Plano de Gestão, incluindo a equipe da Secretraia de Planejamento, destacando o importante papel executado por todos e a importância de cada um se enxergar dentro do processo participativo de gestão.

O Macrodesafio 12- FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS, coordenado pelo servidor Diego Baptista Leitão, destacou os desafios aventados no decorrer do plano de Gestão com vários avanços, incluindo a modernização do parque tecnológico com a substituição de todos os computadores dos usuários que receberam notebooks novos e modernos. Pontuou ainda como marco da gestão que se encerra, a aquisição de aparelhos telefônicos móveis e do novo datacenter, por fim agradeceu a grande oportunidade de fazer parte junto com toda equipe.

PANORAMA GERAL DOS INDICADORES DO JUSTIÇA EM NÚMEROS/PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – Até Dezembro/2022

Anexo a este.

Fonte: Coordenadoria de EstatísticaPGE/TJPA

ENCERRAMENTO

A 3º Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE foi concluída após apresentação de toda a Equipe do Plano de Gestão do biênio 2021-2023, todos os macrodesafios tiveram seus desempenhos apresentados ao colegiado de Planejamento.

Com isso a Desembargadora Presidente, Célia Regina de Lima Pinheiro, encerrou a reunião agradecendo a todos os presentes com muita satisfação de tudo que foi apresentado, pontuou o cumprimento da meta 4 e meta 8, o desempenho da equipe de informática em aprimorar os eixos da tecnologia da informação e agradeceu por todos que se empenham diariamente para construir um Judiciário cada vez melhor e mais eficiente.

Anexo

Panorama geral dos indicadores - Apresentado pela coordenadoria de Gestão e Estatística.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026



Resultado dos Indicadores - 2022



Νº	MACRODESAFIO	QTD	INDICADOR
1	Garantia dos Direitos Fundamentais	1	Índice do Poder Judiciário de Acesso à Justiça
2	Foutelesimente de Bolosse Institucional de Bodou Indiciónio como e Cociedade	1	Índice de Transparência
2	Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade	2	Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário
			Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais
3	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	3	Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais (TCL)
			Índice de Atendimento à Demanda (IAD)
4	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais	2	Índice de Prescrição
4	Emirentamento a Corrupção, a improbluade Administrativa e aos incitos Eleitorais		Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais
5	Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	2	Índice de Conciliação
	Prevenção de Litigios e Adoção de Soldções Consensuais para os Connitos		Índice de Realização de Audiências nos Cejusc's
			Tempo Médio entre o Trânsito em julgado/ou Sentença de Mérito do Precedente e a Sentença de Aplicação da Tese
6	Consolidação dos Sistemas de precedentes obrigatórios	3	Tempo Médio entre Afetação/Admissão e a Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Resolução de demandas repetitivas
			Tempo Médio entre Afetação/Admissão e a Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Assunção de Competência
7	Promoção da Sustentabilidade	1	Índice de Desempenho de Sustentabilidade
			Taxa de Encarceramento
8	Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	3	Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento
			Tempo Médio de Julgamento em Primeira Instância dos Processos de presos Provisórios
9	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	2	Índice de desempenho dos órgãos no prêmio CNJ de qualidade nos eixos "governança" e "qualidade da informação"
	Apericiçumento da destao Administrativa e da dovernança sadiciana		IEPG
	Aperfeiçoamento de Gestão de Pessoas	4 -	Índice de Absenteísmo - Doença
10			Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho
			Índice de Capacitação dos Magistrados
			Índice de Capacitação dos Servidores
			Índice de Dotações Para Despesas Obrigatórias (IDob)
11	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	3	Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD)
		$\perp \perp$	Índice de Execução das Dotações para Projetos (IEP)
12	Fortalecimento da Estratégia Nacional de Tic e de Proteção de Dados	2	IGOVTIC-JUD
12	. O. Calcollitetto da Estrategia Hadional de Tiele de l'Iotegao de Dados		Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acervo Total



Cesta de indicadores do CNJ

Planejamento Estratégico TJPA 28 indicadores de desempenho

Grupo 1

5 indicadores publicados pelo CNJ

Grupo 2

• 14 indicadores não sistêmicos, apurados pelo TJPA

Grupo 3

• 9 indicadores apurados pela Base de Dados TJPA (DW)



INDICADORES

28 indicadores



17
Apurados

Não apurados

2 indicadores do CNJ 1 Base de dados 8 não sistêmico (recesso)



RESUMO



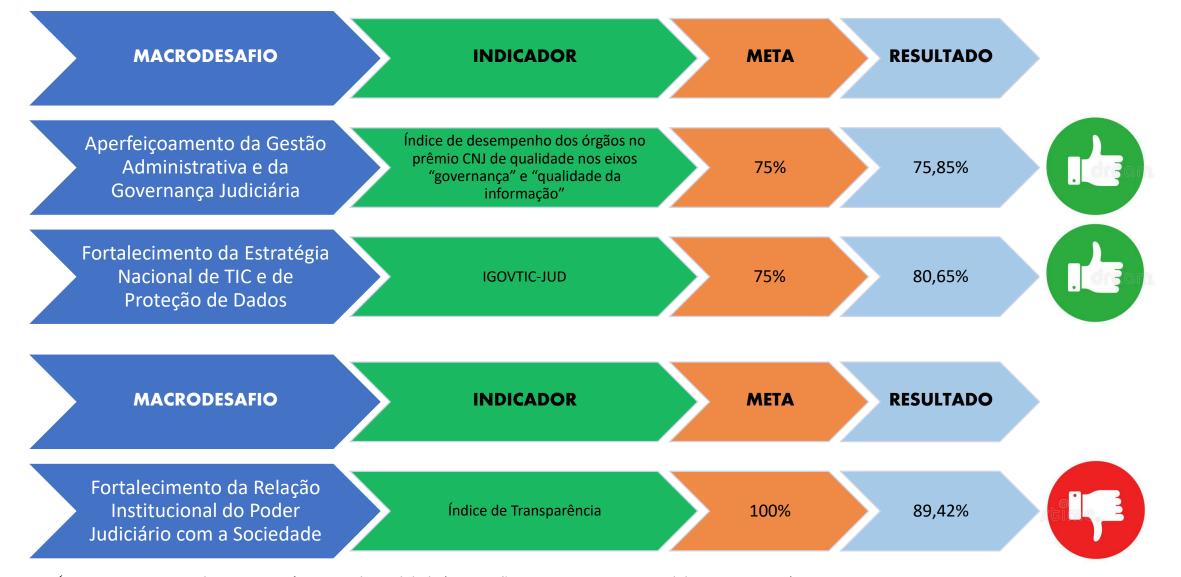




INDICADORES CNJ

Aguardando publicação

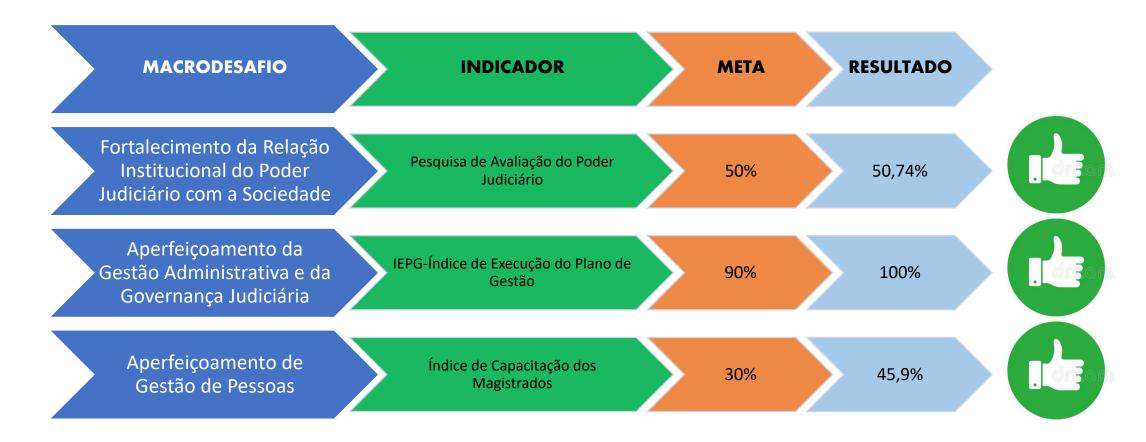
- > Índice do Poder Judiciário de Acesso à Justiça
- ➤ Índice de Desempenho de Sustentabilidade



- ✓ O TJPA manteve o Selo Prata no Prêmio CNJ de qualidade (Pontuação: 1.287,74. 64,07%. Total de pontos: 2.010)
- ✓ Alcançou o nível "aprimorado" em gestão de TIC



INDICADORES NÃO SISTÊMICOS

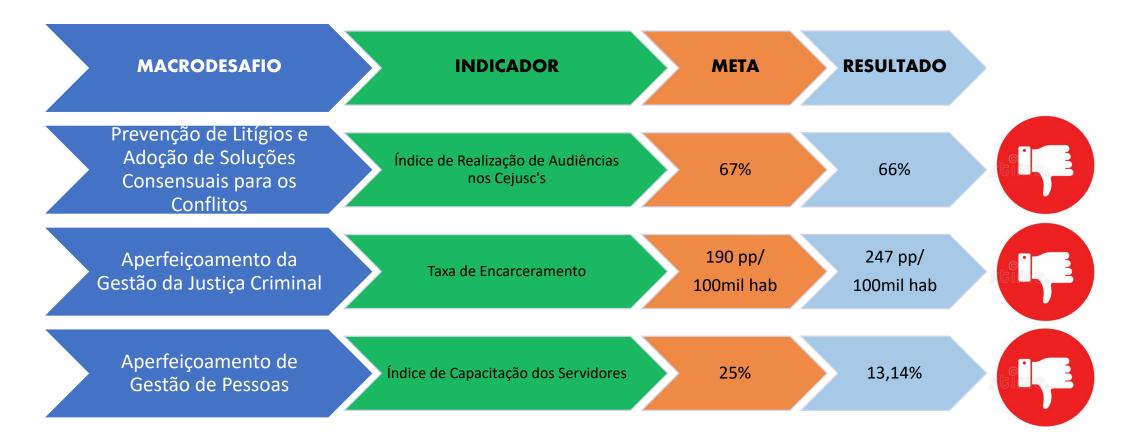


Aguardando resultados:

- √ Índice de Absenteísmo Doença
- ✓ Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho
- √ Índice de Dotações Para Despesas Obrigatórias (IDob)
- ✓ Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD)
- √ Índice de Execução das Dotações para Projetos (IEP)



INDICADORES NÃO SISTÊMICOS



Indicadores sem apuração:

- ✓ Tempo Médio entre o Trânsito em julgado/ou Sentença de Mérito do Precedente e a Sentença de Aplicação da Tese
- ✓ Tempo Médio entre Afetação/Admissão e a Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Resolução de demandas repetitivas
- ✓ Tempo Médio entre Afetação/Admissão e a Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Assunção de Competência

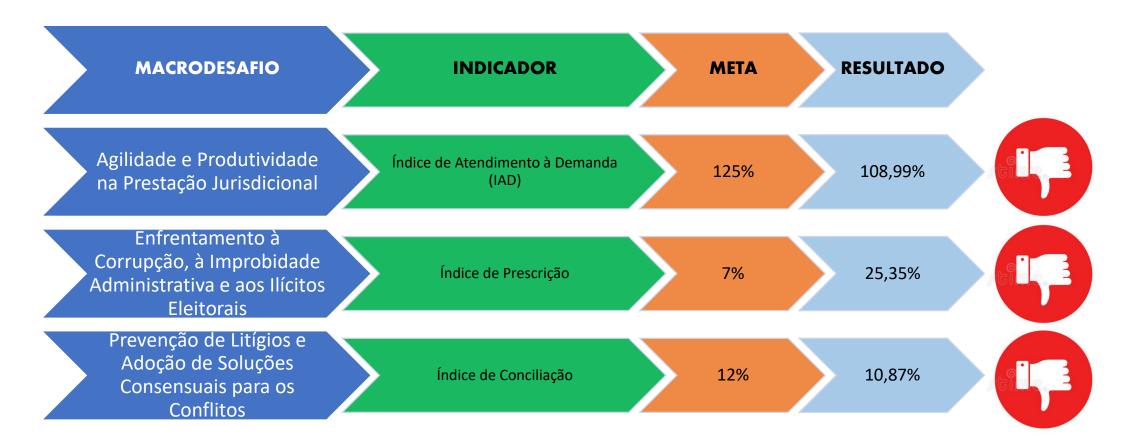


INDICADORES APURADOS PELA BASE DE DADOS TJPA

MACRODESAFIO	INDICADOR	META	RESULTADO
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais	98%	95,26%
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais	75%	65,90%
Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais	Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais	5 anos	3 anos 10 meses
Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento	6 anos 8 meses	4 anos 8 meses
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acervo Total	100%	100%



INDICADORES APURADOS PELA BASE DE DADOS TJPA





OBRIGADO!